

3

Perspectivas Sistêmicas

3.1

Sistemas Cognitivos e Comunicativos

Uma nova motivação para os estudos literários se deve ao diálogo intenso com propostas de Niklas Luhmann, que ofereceu perspectivas sistêmicas e construtivistas básicas para o modelo de sistema literário de Schmidt. No contexto do seu modelo proposto – uma teoria de sistemas – o autor apresenta uma das teorias mais relevantes – e polêmicas – acerca da improbabilidade da comunicação: “A comunicação é improvável. Ela é improvável ainda que a pratiquemos todos os dias e não possamos viver sem ela”. (Luhmann, 1981, p.26).

Para Luhmann, o princípio da improbabilidade de uma comunicação bem sucedida é sustentável até mesmo quando se supõe que a informação é compreendida, porque prevalece a incerteza quanto à incorporação da comunicação ao próprio comportamento como grandeza que oriente a vivência, o pensamento e a ação dos parceiros comunicativos em sistemas sociais.

Essa condição é enfatizada ao caracterizar o processo comunicativo como um sistema autopoietico, autônomo e fechado, porque falta-lhe a idéia de um consenso tácito na elaboração de modelos da comunicação. Neste sentido, sua proposta teórica da comunicação em princípio prescinde de interlocutores participantes, e sendo o seu conceito de comunicação entendido como síntese entre informação, transmissão e compreensão, ele podia, assim, afirmar que:

um determinado conteúdo comunicativo precisa ser diferente do que poderia ser. Alguém tem que tomar a decisão de comunicar essa situação, embora também pudesse deixar de fazê-lo. E alguém precisa entender esse processo (o que inclui a distinção entre informação e comunicação), embora também pudesse perfeitamente ocupar-se com coisas totalmente diferentes, ou não perceber ou apreender as diferenças e seleções. (Luhmann, 1986, p.51)

Essa concepção do processo comunicativo conduz Luhmann à sua consideração radical de que o ser humano não pode comunicar; somente a

comunicação pode comunicar (Luhmann, 1990b, p.31). Esta afirmação aparentemente entra em contradição com o próprio modelo que apresenta os seres humanos envolvidos em três etapas deste processo. Mas o autor sustenta a sua tese sobre o primado genético da comunicação – e não da ação – a partir de hipóteses comprovadas em pesquisas empíricas, com respeito à interação de recém-nascidos (p.17). Segundo ele, de acordo com as seleções de informação, transmissão e compreensão, a comunicação torna-se possível antes da aquisição da linguagem e ocorre no desenvolvimento da capacidade de distinção sensorial. Empregando um mesmo conceito que inclui comunicação verbal e não-verbal sugere que as suas três seleções indicam algo semelhante a uma escolha básica para/da comunicação e, por extensão, da socialidade:

Alguém oferece uma (a sua) informação como/para a transmissão e reivindica a compreensão, isto é, a disposição para a compreensão. Ao participar da comunicação torna-se, após certo tempo, razoável supor a existência de um *alter ego*, para poder condensar experiências (Luhmann, 1986, p. 19).

Dessa forma, para Luhmann, a comunicação torna-se condição indispensável para ações intersubjetivas, e não o contrário, a intersubjetividade como condição da comunicação. A sua interpretação da comunicação a partir da participação em determinadas situações implica o surgimento de uma contingência dupla, por seu lado, motivando processos autopoieticos em sistemas sociais (Luhmann, 1990, p.19). Ao definir a contingência dupla a partir do comportamento de *ego* orientado no comportamento esperado de *alter*, as estruturas sociais podem ser concebidas como distintas de estruturas de expectativas. Em sintonia com essa hipótese, Luhmann sustenta igualmente a distinção entre consciência e comunicação a partir da mesma tese de que os seres humanos não poderiam se comunicar, embora reconheça a sua capacidade de distinguir entre transmissão e informação no processo comunicativo:

A consciência possui uma singularidade inacessível à comunicação, que reside na percepção, melhor dizendo, na imaginação perceptiva. É verdade que a comunicação pode estar relacionada à percepção, da mesma forma que a várias outras coisas; mas, enquanto a percepção apreende, apesar da diferenciação, coisas diferentes como uma

unidade (p. ex. a árvore no jardim), a comunicação é sempre o processo da diferenciação enquanto diferenciação – note-se bem, da diferenciação entre informação e comunicação. (Luhmann, 1990, p. 19)

Com esta afirmação da incomunicabilidade da própria percepção fica claro que Luhmann se interessa pela construção de um sistema social em função das articulações possíveis em processos comunicativos e não em função de suas estruturas ou mesmo “conteúdos” da própria comunicação. Para Schmidt, essas hipóteses levantam a questão se a distinção teórica entre informação e comunicação não pode ser concebida também como a diferença entre objeto e contorno (entre figura e fundo) sendo tomada como unidade fundante (Schmidt, 1994, p.134).

Embora o modelo de Luhmann se baseie na distinção entre consciência e comunicação, em várias passagens ele enfatiza que a comunicação só está ligada ao mundo circundante pela consciência, ou seja, que a consciência é imprescindível à comunicação, e a comunicação necessariamente pressupõe uma série de sistemas psíquicos (Luhmann, 1990, p. 23). Entretanto, a comunicação não deve ser reduzida a um meio de entendimento e nem a um instrumento de coordenação de comportamento entre os seres humanos.

Em suma, os argumentos apresentados acentuam a consciência como um sistema cognitivo fechado que não pode ligar suas operações às operações de outros sistemas cognitivos. Porém, o ato de pensar só terá efeito social se for comunicado. O saber consciente individual não é isolável e, portanto, não pode ser remetido exclusivamente aos recursos de consciências individuais, pois, segundo Luhmann, “transferimos (...) a atribuição de conhecimento da consciência para a comunicação, ou seja, da referência do sistema psíquico para a referência do sistema social” (p. 23). De acordo com essa argumentação, Luhmann concebe a comunicação, então, como um sistema operacionalmente autônomo, e afirma que:

todos os conceitos que permitem descrever a comunicação devem ser despojados de qualquer referência a sistemas psíquicos; devem apontar apenas o processo auto-referencial da produção da comunicação pela comunicação (Luhmann, 1990b, p. 24).

Informação, comunicação e compreensão são, em última análise, conceitos de natureza comunicativa social. E uma consciência que participa da comunicação não identifica uma palavra como signo de algo, mas antes como signo de uma informação. Neste sentido, Luhmann segue Saussure, que concebe a língua como sistema de signos que expressam idéias, ao contrário da visão construtivista sobre a linguagem voltada para a orientação do comportamento e da ação. Essas contradições entre a teoria da comunicação elaborada por Luhmann e as teorias da comunicação tradicionais, entretanto, podem ser evitadas quando as distinções feitas por Luhmann são analisadas de modo crítico. Segundo Schmidt, por exemplo, de acordo com um ponto de vista teórico evolutivo, pode-se descrever a constelação básica *para* e *da* comunicação como a ação conjunta de três seleções, interrelacionando a distinção entre transmissão (ação comunicativa), informação (tema, conteúdo da transmissão) e compreensão (aceitação desta seleção) que, assim, permitem construir processos de socialidade (Schmidt, 1994, p.123).

Luhmann afirma, ainda, que inexistente comunicação sem consciência e nem evolução da consciência sem comunicação. As operações cognitivas e comunicativas ocorrem, de forma sincrônica, para um observador sem que se estabeleça causalidade entre ambas, já que consciência e comunicação trabalham de modo diferente e pertencem a esferas distintas, sendo a consciência pertencente à esfera do indivíduo, e a comunicação à esfera social.

O autor, nesta ótica, interessa-se apenas por eventos e operações cognitivas – tais como saber, pensamentos e representações – factíveis de serem comunicados, e levando em conta que estes se referem a comunicações. Mas, ele faz uma restrição:

Poder-se-ia até mesmo dizer que a totalidade do evento comunicativo poderia ser apresentada através de uma descrição dos estados mentais envolvidos – excetuando-se apenas a autopoiesis da própria comunicação. (Luhmann, 1990b, p. 38).

Os sistemas psíquicos da comunicação, neste modelo, podem ser considerados como pessoas, que são

... estruturas da autopoiesis de sistemas sociais e não sistemas psíquicos ou mesmo seres humanos completos (...). Pessoas podem ser endereços para comunicação. (p. 33).

Mas, até mesmo quando as pessoas são pressupostas como instâncias de elaboração de processos comunicativos seqüenciais complexos, ou até mesmo que sirvam de pontos de referência para pressuposições causais, ou especialmente para atos de responsabilidade, como ele mesmo afirma, trata-se de eventos que permanecem na esfera da comunicação sem efeitos determinantes em processos de consciência (p. 34). Neste ponto, precisam ser apontadas distinções importantes feitas por Schmidt, para quem “sem qualquer efeito determinante” não quer dizer sem qualquer efeito, porque é a comunicação que seleciona as estruturas de processamento aceitas socialmente, o que, por sua vez, afeta os sistemas psíquicos.

A afirmação de Luhmann de que comunicação produz comunicação, e que, portanto, só comunicação comunica, precisa ser vinculada ao ponto de vista específico de sua argumentação baseada na comunicação como processo autopoietico, capaz de estabelecer conexões no interior do próprio sistema, ao produzir e reproduzir distintos elementos sistêmicos, porque é dessa forma que se entende a comunicação, em última análise, como sistema autoprodutivo (p. 31). Essa visão foi uma das mais polemizadas por seus críticos.

Quando Luhmann se refere à comunicação, não distingue especificamente entre os vários tipos existentes. Para Schmidt, a comunicação interativa oral acontece de modo distinto da comunicação operada pela mídia (Schmidt, 1994, p.125). Pois, para haver uma observação da comunicação interativa, torna-se necessária a observação dos comunicantes que realizam os atos de comunicação enquanto ações. Adotar a tese da natureza autopoietica dos sistemas sociais defendida por Luhmann só faz sentido quando são observados os processos de comunicação de massa, onde os actantes desaparecem ante as ofertas da mídia. Caso contrário, ao se fazer uma distinção entre comunicação interativa e comunicação de massa, pode-se observar como ambas se influenciam mutuamente.

Ao propor a transferência do conhecimento da consciência para a comunicação, Luhmann concebe o saber como repertório de dados, mas não como capacidade; enquanto Schmidt, apoiado em dados empíricos acerca da

investigação da memória, concebe o conhecimento como capacidade de realizar operações cognitivas de acordo com as situações concretas, em que se pretendem solucionar determinados problemas. Considerar o conhecimento como capacidade coloca em questão a suposição de poder arquivar o conhecimento socialmente em ofertas midiáticas, por exemplo, à disposição quando solicitadas. Segundo Peter Hejl e von Foerster (1993), as ofertas da mídia devem ser utilizadas pelos sistemas cognitivos em função da construção de determinado conhecimento para que estes sistemas possam ser utilizados cognitivamente e comunicativamente em operações articuladas. Para Schmidt, o conhecimento corresponde à capacidade – cognoscível e apreensível, mais ou menos desenvolvida – de produzir e elaborar pensamentos, isto é, à capacidade de participação, de forma competente e bem sucedida, dos mais diversos discursos comunicativos.

Na perspectiva proposta por Peter Hejl, é preciso diferenciar o argumento de Luhmann, segundo o qual cognição e comunicação operam, mutuamente, como caixas-pretas. Para ele (1989), o fechamento operacional não corresponde, necessariamente, ao fechamento energético ou material; e processos recursivos não precisam caracterizar-se por fechamento e a auto-organização não descarta a possibilidade de um sistema sofrer influências. Formas de auto-organização da cognição e da comunicação não reforçam necessariamente a idéia de uma comunicação sem indivíduos, contrariando a afirmação luhmanniana de que sistemas sociais seriam, apenas, formas de comunicação que se realizam em processos autopoieticos. Mesmo admitindo-se esta pressuposição, em algum momento seria preciso determinar concretamente a “matéria do mundo circundante” usada em processos comunicativos de sistemas específicos, fazendo com que se tornem visíveis.

Na análise de Siegfried Schmidt, os sistemas de comunicação não podem prescindir da ação de indivíduos sem o risco de entrar em colapso:

Se Luhmann admite que a consciência é imprescindível à comunicação e que a comunicação pressupõe invariavelmente uma pluralidade de sistemas psíquicos, o que, além de um postulado indiferenciado da autopoiese, impede Luhmann de definir *concretamente* a comunicação em uma perspectiva dupla, isto é, de sistemas sociais e cognitivos? (Schmidt, 1994, p.126).

Neste sentido, além do conceito de sentido, de natureza ontológica, proposto por Luhmann, é criticado o seu reduzido interesse pela empiria, segundo Schmidt, quando os actantes não são considerados como pessoas reais, mas tão somente como instâncias que constituem a comunicação, o próprio processo de comunicação é deslocado para um vácuo social (Schmidt, 1985, p.101).

Os sistemas cognitivos podem influenciar as comunicações enquanto sistema social – embora não de modo causal – quando elaboram, por exemplo, ofertas da mídia, em função de sua história de socialização, através do saber coletivo, já visando aos sistemas sociais. A produção de sentido nos sistemas cognitivos é um processo empírico, conforme regras sociais e condições políticas. Do mesmo modo, o saber é, também, produzido socialmente no sistema cognitivo (Schmidt, 1994, p.126). O conhecimento resulta, assim, da junção estrutural de cognição e comunicação via saber coletivo, ou seja, via cultura, em sentido mais amplo.

Resumindo esse processo, Schmidt supõe que:

O que se torna socialmente relevante nas comunicações (no sentido das ações comunicativas) decide-se de fato no processo de reprodução social (e, portanto, para além de indivíduos concretos e está estreitamente ligado ao *status* social dos comunicantes no respectivo sistema social. A constelação básica de comunicação e socialidade, a percepção e o aproveitamento da diferença entre transmissão e informação, enquanto processo de dupla contingência, precisam ser realizados por actantes em processos comunicativos concretos, seja na comunicação interativa, seja na de massa, que, igualmente, não funciona sem a atividade sincônica da consciência (Schmidt, 1994, p.127).

3.2

Sistemas Sociais

As ações comunicativas ocorrem portanto em sistemas sociais, descritos por Schmidt a partir de uma teoria de sistemas. Um *sistema* é geralmente concebido como uma totalidade complexa que satisfaz condições específicas e abrangem determinados *componentes* com qualidades que, por seu lado, podem ser descritas. A interação destes componentes produz a *organização* particular do sistema, mas é preciso levar em conta que os componentes individuais são, pelo

menos, substituíveis sem prejudicar a organização do sistema como um todo (Schmidt, 1992a).

Aplicada à biologia ou à sociologia, a teoria dos sistemas conta com uma distinção básica entre os sistemas e o seu ambiente (*Umwelt*). Se um conjunto de elementos estruturados e inter-relacionados se torna um sistema, deve-se estabelecer um limite que o separe de outros sistemas, assim como de seus ambientes. O limite em questão será determinado por meio de uma *diferença* deixando em aberto, no entanto, possibilidades de interação. O que constitui um ambiente em relação a um dado sistema só pode ser determinado a partir da perspectiva do sistema propriamente dito. Desta forma, esta distinção entre sistema e ambiência pode ser, também, reiterada dentro do sistema, pois ao criar sistemas parciais ou internos, o sistema como um todo se constrói como um ambiente. Ao se diferenciar em sistemas parciais, o sistema global acentua a sua complexidade, visto que ele aumenta os modos possíveis de funcionamento.

Os sistemas sociais surgem quando os agentes, através de contatos interativos, desenvolvem uma interpretação consensual da realidade e quando agem e se comunicam com referência a esta. Nesta ótica, a configuração de sistemas sociais se assemelha a uma rede. Em sociedades altamente diferenciadas, como a nossa, por exemplo, os indivíduos participam de vários sistemas sociais, adotando diferentes papéis sociais e, assim, desenvolvendo um repertório de modelos de realidade em constante mudança, que passam a figurar como componentes de sua identidade social. Podemos dizer, então, que os sistemas sociais interagem visto que, através da comunicação recíproca, eles abrem possibilidades de ação que podem, ou não, ser efetivadas de acordo com as condições específicas que regem a ação dentro de um determinado sistema. De forma semelhante à caracterização dos sistemas bio-psíquicos, também os sistemas sociais são auto-organizativos, porque emergem e se desenvolvem de modo relativamente autônomo, o que não significa que eles sejam independentes dos seus ambientes. Essa autonomia permite não só a produção e a manutenção dos limites, mas também a própria identidade do sistema. O caráter complexo e dinâmico dos sistemas sociais auto-organizativos impede que possam ser descritos inteiramente, e, por isso, os prognósticos relativos ao curso de desenvolvimentos posteriores raramente são corretos. Uma outra característica de sistemas sociais auto-organizativos pressupõe que eles lidam somente com as condições criadas

por eles próprios e que todos os instantes de sua conduta se tornam base para expectativas e comportamentos futuros.

Sistemas sociais assim entendidos não só regem todas as formas de organização baseada em hierarquias, mas também impedem que sejam governados a partir de algum centro privilegiado, porque a própria ordem resulta de uma combinação de espontaneidade e planejamento. À medida que todos os processos que determinam o sistema se encontram interligados, o cessamento de um implica também o de todos os outros.

Recentemente, começaram a ser propostas as bases epistemológicas no contexto de uma teoria construtivista de cognição, tentando estabelecer conexões de sentido entre os argumentos empíricos e os modelos teóricos esboçados nos campos disciplinares da psicologia, sociologia, biologia e cibernética. Neles a percepção é concebida como uma construção sensório-motora de orientação social, a partir de invariáveis por meio da qual o sistema acomoda ou assimila um *input* significativo para as suas estruturas conceituais existentes (Schmidt, 1992). Este processo é circular, porque tanto o observador quanto o objeto observado agem de forma interativa.

Considerando a natureza complexa da teoria da percepção, ela não pode ser aproximada de forma proveitosa de processos de interpretação comuns, porque a percepção se entende como processo dependente do sujeito e relacionado com hereditariedade, aprendizado e memória, que, por seu lado, se encontram socialmente condicionados. Além do mais, as convenções, a acumulação e a transmissão de experiências, as mudanças no mundo material, os modelos sociais para ações bem sucedidas, as possibilidades para uma comunicação e os sistemas semióticos funcionam, em seu conjunto, como esquemas disponíveis intersubjetivamente, exercendo uma influência crucial em todos os processos subjetivos de cognição.

De acordo com Schmidt, a socialização, as convenções e as instituições asseguram que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo social incorporem um conjunto de modelos normativos de realidade, e são as estruturas destes modelos que dão suporte a seus interesses sociais e de poder e suas formas de legitimação e sustentação (Schmidt, 1992a, p.219). Os princípios consensuais que regem a construção dessa realidade, de acordo com certo senso comum entre

lingüistas e sociólogos, são mediados e internalizados antes de mais nada através da linguagem.

Contrariando a concepção de Niklas Luhmann, Peter Hejl idealiza sistemas sociais unicamente em termos de agentes (Hejl, 1987b), propondo uma definição do sistema social como um grupo de sistemas vivos que satisfaz pelo menos as seguintes condições:

a) dentro dos subsistemas cognitivos de cada sistema vivo deve se desenvolver pelo menos um estado (normalmente um conjunto de estados) que seja ontologicamente relevante e comparável, no mínimo, a um dos estados de sistemas cognitivos dos outros membros do grupo;

b) os sistemas vivos devem interagir em função destes estados paralelos.

Em outras palavras – exemplificado com times de futebol, famílias, organizações, ou participantes de processos judiciais – os membros de determinado sistema precisam ter produzido uma realidade compartilhada – um domínio de ação significativa e de comunicação – com referência à qual se realiza a sua interação (Hejl, 1987, p.128).

Como todos os demais sistemas, os distintos sistemas sociais interagem em função das interações de seus componentes. Deste modo, os agentes funcionam como sistemas auto-referenciais e são eles que percebem e agem, que desenvolvem respostas e articulam decisões. Esses agentes atuam como componentes do sistema global, apenas se as suas ações pressupõem a construção de um sistema específico de realidade, como sugere Hejl. “Neste sentido podemos falar, resumidamente, de percepções, decisões e ações do sistema” (Hejl, 1987, p.128). Como ponto de interseção entre sistemas sociais, cada indivíduo é exposto às influências de sistemas diferentes, dos quais ele, por seu lado, é um componente. As mudanças ocorrem quando os agentes oferecem construções novas de realidade aos processos de interação e comunicação do sistema social, e quando os novos elementos são percebidos como desafios e perturbações em relação à construção da realidade do sistema vigente. Neste caso, eles serão modificados, assimilados ou isolados e descartados em função das condições predominantes do sistema. Assim sendo, segundo Hejl,

um dado sistema social raramente fica sujeito unicamente à influência de um outro sistema, um processo hierárquico de interação emerge entre sistemas. Durante este processo, desenvolvem exemplos locais de hierarquia, exatamente como ocorre em diferenciação posterior (Hejl, 1987b, 130).

Pensar em teoria de sistemas tem a grande vantagem de especificar um determinado domínio em função de sua relação com outros. Nesta ótica, juízos de valor de textos literários podem, portanto, ser analisados a partir de uma articulação intersistêmica entre o sistema literário e o sistema judicial, por exemplo. A prática atual na construção de conhecimento literário indica a apropriação de uma variedade de conceitos sistêmicos provenientes de inúmeras disciplinas incluindo a biologia, a sociologia e a semiótica, entre outras. A parte mais difícil é a nossa comprovação da coerência dessas analogias estabelecidas e a verificação de seu uso não apenas metafórico.

É no contexto dessas reflexões que se deve situar o projeto de uma ciência empírica da literatura que assume tanto pressupostos epistemológicos e metateóricos construtivistas quanto uma perspectiva sistêmica ao conceber o fenômeno literário como um subsistema social em constante processo interativo com os demais. Neste âmbito, a transferência do foco da obra literária para agentes sociais que lidam de diversos modos com o fenômeno literário no sentido de vida literária caracteriza igualmente a passagem da construção de sentido para uma compreensão pragmática das possíveis modalidades de ação no sistema literário.